



Dossiê: Autoavaliação nos Programas de Pós-Graduação em Educação: possibilidades, desafios e tensionamentos

Apresentação

Altair Alberto Fávero*
 <http://orcid.org/0000-0002-9187-7283>

Cristina Zukowsky-Tavares**
 <https://orcid.org/0000-0002-8137-3962>

Martha Prata-Linhares***
 <https://orcid.org/0000-0003-0114-3532>

Mary Ângela Teixeira Brandalise****
 <https://orcid.org/0000-0003-3674-5314>

Este dossiê materializa o esforço coletivo de reunir e divulgar discussões teóricas, proposições metodológicas e resultados de estudos e pesquisas sobre a autoavaliação realizada em Programas de Pós-Graduação (PPGs) em Educação. Na base deste dossiê, está o embrião de uma comunidade de aprendizagem que se consolidou como rede: a Rede de Avaliação e Autoavaliação da Pós-Graduação em Educação (RAAPE), articulando sujeitos, métodos e sentidos.

A RAAPE foi criada em 2023 e atualmente é composta por aproximadamente 35 PPGs em Educação, acadêmicos e profissionais, com abrangência nacional. A rede constitui-se como uma comunidade de aprendizagem que se consolidou em rede, articulando sujeitos, instituições, métodos e sentidos em torno da avaliação e autoavaliação na Pós-Graduação em Educação.

Entendemos “rede” como uma estrutura aberta, colaborativa e dinâmica, formada por pessoas e organizações que compartilham valores e objetivos comuns. A interação na RAAPE não é apenas técnica ou instrumental, mas constituída por vínculos significativos e intencionalidade formativa, sendo propulsora de inovação, reflexão crítica e produção coletiva de conhecimento. O principal pressuposto da atividade em rede é obter, em termos institucionais, soluções coletivas que seriam mais difíceis de atingir de forma isolada ou, em termos individuais, promover transformações (Masetto; Gaeta; Zukowsky-Tavares, 2023).

* Professor da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: <altairfavero@gmail.com>.

** Professora do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). E-mail: <cristina.zukowsky@gmail.com>.

*** Professora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: <martha.prata@gmail.com>.

**** Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: <marybrandalise@gmail.com>.

A proposta insere-se na agenda da RAAPE e tem como propósito organizar e sistematizar o diálogo entre docentes-pesquisadores e profissionais de PPGs em Educação. O foco da rede reside nos desafios inerentes à avaliação e à autoavaliação nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, bem como na atuação das comissões de autoavaliação. Representa um esforço colaborativo e estratégico para o estudo e a produção de conhecimento na área, congregando, no triênio de 2023 a 2025, um coletivo de PPGs em Educação (acadêmicos e profissionais) com abrangência em todas as regiões do Brasil.

Neste dossiê, os textos publicados exploram diferentes aspectos da autoavaliação: desde experiências institucionais conduzidas por comissões locais até proposições teórico-metodológicas que problematizam concepções e práticas desses processos. A partir de abordagens diversas, os autores e as autoras reunidos/as nesta edição compartilham reflexões que contribuem para a consolidação de uma cultura avaliativa crítica, situada e comprometida com a melhoria contínua da Pós-Graduação em Educação.

Considerando a atualidade do tema e entendendo que a produção científica sobre a autoavaliação de PPGs em Educação ainda é escassa, a RAAPE tomou a iniciativa de organizar este dossiê temático, o qual está sendo apresentado à comunidade científica com a intenção de contribuir de forma efetiva e propositiva para a visibilidade da produção do conhecimento na área.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), tem passado por diversas mudanças e aprimoramentos ao longo das últimas décadas, o que resultou no crescimento e na qualificação da pós-graduação. Nesse cenário, os processos de avaliação foram decisivos para avançar nos processos formativos dos programas, estabelecendo critérios de excelência à luz dos quais se tornou possível expandir o número de programas em diversas regiões do país.

O processo de avaliação tornou-se um importante indutor de políticas de consolidação da área, orientando a oferta, investindo na qualidade da produção dos programas e melhorando a formação pós-graduada (Brasil, 2019). Como responsável pela regulamentação, promoção e avaliação dos cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) no país, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) desempenha um papel fundamental na formação de professores, pesquisadores e gestores educacionais. Nesse sentido, a avaliação de PPGs na área da Educação “[...] visa aferir e promover a qualidade dos programas no seu domínio e, de forma mais indireta, fornecer informação sobre o grau de sucesso das políticas no campo da educação implementadas ao longo dos anos” (Brasil, 2019, p. 3).

Transcorridos mais de 50 anos da pós-graduação no Brasil sob a regência da Capes, e diante do evidente crescimento exponencial do número de programas, cursos e titulados (mestres e doutores), tornou-se fundamental aperfeiçoar os processos de avaliação, avançando para processos de autoavaliação dos programas.

No verbete da *Enciclopédia de Pedagogia Universitária*, autoavaliação é entendida como “[...] um processo de autoanálise realizado pela comunidade envolvida, destacando pontos fortes e pontos fracos de suas realizações com vistas à melhoria da qualidade do seu fazer institucional, com vistas à superação de fragilidades e dificuldades diagnosticadas” (Leite, 2006, p. 466). Destaca-se, nesse entendimento de autoavaliação, que a titularidade da avaliação bem como seus objetivos, “[...] são decididos pelos protagonistas”; a “[...] reflexão sobre os resultados obtidos é central ao processo [...]”; e a “[...] correção de trajetórias e de futuros projetados” (Leite *et al.*, 2020, p. 342) torna-se central na condução dos processos formativos dos programas.

Ao mesmo tempo, o processo de autoavaliação não ocorre de forma intempestiva e não pode ser instaurado por decreto, pois se trata de “[...] uma forma de avaliação que exige tempo, recursos e dedicação” (Leite *et al.*, 2020, p. 342). Assim sendo, é necessário tornar a autoavaliação objeto de estudos e pesquisas, a fim de produzir subsídios que possam auxiliar nos processos reflexivos constitutivos dos próprios programas.

Desse modo, ao reunir contribuições que tratam da autoavaliação em suas múltiplas dimensões – conceituais, metodológicas, políticas e institucionais –, o dossiê, acolhido pela *Revista Práxis Educativa*, tem a intencionalidade de publicizar e subsidiar docentes, pesquisadores, gestores, programas e todos os interessados nas reflexões teórico-práticas sobre processos de autoavaliação em suas possibilidades, tensionamentos e desafios.

A diversidade de enfoques neste dossiê expressa o esforço coletivo de pesquisadores e pesquisadoras para compreender criticamente os sentidos, os alcances e as limitações da autoavaliação como prática pedagógica, institucional, formativa e estratégica. Nesta apresentação, foram organizados os artigos publicados no dossiê em quatro agrupamentos temáticos, a partir de suas similaridades.

O primeiro agrupamento, de escopo mais amplo, reúne quatro artigos que apresentam uma visão abrangente dos processos de autoavaliação nos PPGs em Educação no Brasil. O artigo *Autoavaliação na Pós-Graduação em Educação do Brasil: estado do conhecimento (2006-2024)*, de Brandalise e Borges (2025), apresenta uma análise do estado do conhecimento sobre autoavaliação na Pós-Graduação em Educação entre 2002 e 2024. Utilizando o protocolo de Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021) e técnicas de análise textual, os autores identificaram cinco eixos temáticos emergentes: políticas regulatórias, gestão da qualidade, impacto na formação de egressos, perspectivas descoloniais e práticas participativas. A pesquisa evidencia o crescimento recente da produção acadêmica sobre o tema, impulsionado pelas diretrizes da Capes, e aponta para a necessidade de modelos multidimensionais que articulem participação democrática, monitoramento de egressos e planejamento estratégico.

O panorama da autoavaliação nos PPGs em Educação, com base na Avaliação Quadrienal 2017-2020 da Capes, é apresentado no artigo *A autoavaliação na Pós-Graduação em Educação no Brasil*, de Souza, Real e Miranda (2025). A partir da análise de dados de 186 programas, o estudo revela avanços na incorporação da autoavaliação, mas também fragilidades estruturais persistentes. Os autores destacam que a maturidade institucional e a infraestrutura dos programas influenciam diretamente a qualidade da autoavaliação, além de apontarem desigualdades regionais e diferenças entre modalidades de curso como fatores relevantes.

A evasão discente, aspecto ainda pouco explorado nos projetos de autoavaliação dos PPGs em Educação, é abordada por Souza e Souza (2025) no artigo *A evasão discente nos projetos de autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Brasil*. A partir da análise de documentos e literatura especializada, os autores identificam que, embora a Capes tenha sugerido a inclusão da evasão como elemento avaliativo, poucos programas efetivamente incorporaram essa dimensão. O estudo aponta a ausência de políticas específicas de enfrentamento à evasão como uma limitação importante na agenda da política educacional brasileira.

Tauchen *et al.* (2025), no artigo *Planejamento estratégico e autoavaliação da pós-graduação: autorregulação e/ou re-regulações performativas?*, discutem as relações entre planejamento estratégico e autoavaliação nos PPGs em Educação, com foco nas reconfigurações provocadas pela cultura da performatividade. A análise de documentos institucionais revela que, embora a autoavaliação seja concebida como um processo coletivo e reflexivo, ela pode ser induzida por políticas externas e

correr o risco de se tornar uma prática meramente burocrática, voltada à reprodução de lógicas performativas.

O segundo agrupamento, neste dossiê, reúne experiências institucionais concretas, com seis estudos sobre a autoavaliação na Pós-Graduação em Educação em diferentes contextos brasileiros. Os estudos destacam a relevância da autoavaliação como instrumento de governança, instituindo uma cultura de avaliação capaz de envolver gestores, docentes, discentes, egressos e demais interlocutores no acolhimento de dados, sua disseminação e seu aproveitamento na tomada de decisões a favor da melhoria de suas ações. O detalhamento metodológico de nossas ações em autoavaliação ainda é escasso, o que desencadeia o isolamento das instituições em práticas distantes de seus pares. Apresentam-se como desafios maiores o engajamento da comunidade educativa em espaços de escuta e reflexão conjunta, a construção de uma identidade acadêmica, a forte conexão da autoavaliação com o planejamento estratégico e a constituição de uma verdadeira cultura de avaliação na pós-graduação que vá além da prestação de contas institucional. Trata-se da constituição de uma governança acadêmica participativa e comprometida com a melhoria contínua (Nunes et al., 2025; Prata-Linhares et al., 2025; Ferreira et al., 2025; Wandercil et al., 2025; Sousa, 2025; Sobral; Ferronato; Chagas, 2025).

Nesse contexto, o artigo *Autoavaliação em Programas de Pós-Graduação em Educação: (auto)aprendizado das experiências de Santa Catarina e Bahia*, de Nunes et al. (2025), a partir das experiências do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), identifica aprendizados para fortalecer a cultura de autoavaliação. Dessa forma, questões acadêmicas e administrativas são trabalhadas na direção da autonomia institucional e da promoção de ações transformadoras, orientadas pela corresponsabilidade dos participantes.

O estudo *Autoavaliação nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Triângulo Mineiro: uma análise a partir das avaliações da Capes (2017–2020)*, de autoria de Prata-Linhares et al. (2025), discute como seis PPGs em Educação situados no Triângulo Mineiro têm implementado a autoavaliação, tomando como referência as fichas de avaliação da Capes na quadrienal 2017-2020. Embora haja esforços para consolidar a autoavaliação como prática institucional, ainda existem desafios relacionados à participação efetiva de todos os atores institucionais e ao seu alinhamento com o planejamento estratégico.

Continuando nesse agrupamento de estudos, Ferreira et al. (2025), no artigo *Autoavaliação na Pós-Graduação em Educação: um modelo replicável a partir da experiência em uma instituição pública municipal*, analisam criticamente a autoavaliação do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (2021-2024) de uma universidade pública municipal de São Paulo, buscando transformá-la em rotina estratégica orientada por evidências para uma melhor governança. A metodologia triangulou análise documental, survey com egressos, entrevistas e dissertações, além de síntese SWOT operacionalizada via 5W2H. Para além das métricas de transferência e internacionalização, os resultados da pesquisa alinham metas voltadas à equidade, ao impacto social e à Agenda 2030.

Na mesma direção, o artigo de Wandercil et al. (2025), *A autoavaliação como prática de governança na pós-graduação: percepções discentes e referências comparadas*, discute o processo de autoavaliação e governança na Pós-Graduação em Educação sob a óptica discente em uma universidade municipal do estado de São Paulo, comparando as percepções discentes com modelos de autoavaliação aplicados em outras instituições nacionais e internacionais. Foram utilizados questionários com questões objetivas e abertas, cujos dados foram tratados por meio de estatísticas descritivas e análise de conteúdo. Os resultados indicam a necessidade de incorporar práticas mais participativas e qualitativas na autoavaliação da Pós-Graduação em Educação, fortalecendo a governança

acadêmica com foco no protagonismo discente e na autoavaliação como ferramenta contínua de inovação e desenvolvimento institucional.

Ainda nesse escopo, o artigo *Autoavaliação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília: desafios e oportunidades para a produção do conhecimento na área*, de Sousa (2025), analisa resultados da autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB) no quadriênio 2021-2024, buscando compreender os sentidos e os alcances das ações realizadas. Por meio da análise documental relativa à avaliação da Capes e ao programa, reuniões com as linhas de pesquisa e oficina temática presencial, apresenta resultados que evidenciam a necessidade de refletir e articular linhas de pesquisa, projetos e produções decorrentes, além de investir no fortalecimento da identidade educacional do programa, promovendo a melhoria dos programas pelo incremento de processos de autoconhecimento institucional. Faz-se necessário um olhar coletivo e crítico do programa sobre si mesmo, capaz de resultar em transformações sociais.

Por sua vez, o estudo *As pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes na perspectiva da autoavaliação: um estudo das teses e dissertações (2011-2023)*, de Sobral, Ferronato e Chagas (2025), faz o mapeamento de teses e dissertações produzidas no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes (Unit), vinculadas a duas linhas de pesquisa – “Educação e Comunicação” e “Educação e Formação Docente” –, no período de 2011 a 2023. O estudo adotou como *corpus* de investigação o conjunto de 219 dissertações e 52 teses produzidas nas referidas linhas. As pesquisas demonstram, em sua maioria, boa aderência ao escopo investigativo das linhas, fortalecendo discussões pertinentes à área de concentração do programa e às ementas das linhas, além de subsidiarem novas discussões com as respectivas Comissões de Autoavaliação.

Ao ampliar o olhar para além das fronteiras nacionais, o terceiro agrupamento de textos do dossiê convida à reflexão sobre experiências internacionais e análises comparadas, que podem inspirar caminhos e provocar deslocamentos importantes na forma como concebemos a avaliação e a autoavaliação na Pós-Graduação em Educação.

Trevisol (2025), no artigo *Autoavaliação da pós-graduação: o que a experiência internacional nos ensina?*, oferece uma análise dos modelos de avaliação da pós-graduação no Brasil e nos Países Baixos. Em sua investigação, o autor destaca como o modelo brasileiro historicamente privilegia dispositivos externos e verticais de regulação, com ênfase em indicadores de desempenho. Nesse cenário, a autoavaliação aparece como prática ainda periférica, incorporada apenas recentemente à agenda institucional da Capes e enfrentando desafios significativos para sua consolidação. Em contraste, o modelo holandês baseia-se em princípios participativos (*bottom-up*), nos quais a autoavaliação está integrada ao planejamento estratégico das instituições, sendo conduzida com autonomia metodológica, foco formativo e articulação entre avaliação interna e externa. De acordo com o autor, os protocolos estáveis, as visitas *in loco* e os comitês externos independentes reforçam uma cultura de confiança e corresponsabilidade. O estudo mostra que, mais do que prestar contas, a autoavaliação pode ser um instrumento poderoso de autogestão, fortalecimento da identidade institucional e promoção da melhoria contínua – perspectivas que dialogam diretamente com os anseios da pós-graduação brasileira por maior autonomia e comprometimento com sua realidade contextual.

Na mesma direção, o estudo *Articulación universitaria para la equidad: evaluación de un programa de maestría en educación con enfoque intercultural*, de Ortega-Chasi *et al.* (2025), apresenta uma experiência latino-americana marcada pelo compromisso com a justiça social. Os autores analisam um programa de Mestrado em Educação com enfoque intercultural, desenvolvido por quatro universidades equatorianas, voltado a ampliar o acesso à pós-graduação para populações

historicamente marginalizadas, sobretudo docentes de zonas rurais. Com base em metodologia mista, a pesquisa evidencia resultados em permanência e titulação, associando esses dados à articulação interinstitucional, à incorporação de tecnologias digitais e a práticas pedagógicas contextualizadas. Ainda que reconheça os desafios logísticos e curriculares do processo, a experiência equatoriana mostra que é possível construir políticas formativas mais inclusivas e territorializadas, sintonizadas com as necessidades reais de seus sujeitos e territórios.

O último agrupamento do dossiê apresenta reflexões éticas, axiológicas, epistemológicas e ontológicas sobre a autoavaliação e é composto pela entrevista de Almerindo Janela Afonso (Afonso; Zukowsky-Tavares; Brandalise, 2025) e pelos artigos de Mendonça e Rios (2025), de Brito, Escott e Santos (2025) e de Zanith e Lopes (2025).

Na entrevista, intitulada *Reflexões inacabadas sobre o campo da avaliação em educação: entrevista com o Professor Almerindo Janela Afonso*, o pesquisador português comprehende a avaliação como um campo plural e disputado, no qual coexistem distintas concepções de conhecimento, valores e visões de ser humano. Ele critica a hegemonia neoliberal e neoconservadora, de base neopositivista e tecnocrática, que reduz o sujeito a desempenho mensurável e a educação à lógica de mercado. Em contraponto, o Professor Almerindo Janela Afonso propõe uma avaliação emancipatória e solidária, sustentada por princípios éticos, democráticos e de justiça cognitiva, na qual o sujeito é reconhecido em sua historicidade e complexidade humana.

Para a construção de uma política de avaliação contra-hegemônica aos organismos internacionais – como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial –, o entrevistado defende a valorização de modelos alternativos, ancorados em epistemologias críticas e plurais: avaliação democrática, dialógica, culturalmente responsiva, de empoderamento e sensível ao gênero. Tais abordagens articulam avaliação e democracia, rompendo com a colonialidade do saber e com o comparativismo eurocêntrico que naturaliza desigualdades. Para ele, uma política contra-hegemônica deve ser capaz de produzir justiça epistêmica e contribuir para o fortalecimento da democracia.

Quanto à interferência dos mecanismos internacionais de avaliação na agenda de formação na pós-graduação, o Professor Almerindo Janela Afonso observa que organismos como o Banco Mundial, a Associação Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ENQA) e a Capes impõem indicadores e padrões de qualidade que condicionam a autonomia das instituições, reforçando hierarquias entre o Norte e o Sul global. A internacionalização, embora valorizada, tende a reproduzir assimetrias e dependências, a menos que seja ressignificada por meio de colaborações horizontais e solidárias entre universidades do Sul e do Norte.

Por fim, Afonso comprehende a autoavaliação como ato de resistência e de autonomia coletiva, que deve se concretizar como processo formativo e emancipatório. A autoavaliação não pode ser mero instrumento burocrático ou de heteronomia, mas espaço de reflexividade crítica, de diálogo intersubjetivo e de autorreconhecimento institucional. Quando conduzida democraticamente, a autoavaliação pode promover aprendizagens institucionais, fortalecer a liberdade acadêmica e evidenciar a dimensão pedagógica e humana da pós-graduação.

No mesmo campo crítico da entrevista, Mendonça e Rios (2025), no artigo *Autoavaliação e autossuperação na pós-graduação: fundamentos para uma prática ética e transformadora*, discutem a autoavaliação institucional na pós-graduação brasileira à luz da Portaria Capes nº 149/2018, que a estabelece como componente obrigatório dos processos avaliativos, e propõem uma perspectiva fundamentada em princípios ético-políticos e formativos. Os autores se propuseram a construir processos de autoavaliação na pós-graduação que superem a lógica classificatória e se tornem práticas críticas, participativas e emancipatórias.

O escopo do artigo foi problematizar os limites da avaliação burocrática e defender a autoavaliação como prática pedagógica transformadora, inspirada na pedagogia freireana e em elementos filosóficos de Friedrich Nietzsche. Os autores optaram por uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter teórico-reflexivo, baseada em análise documental e em sua própria participação em iniciativas coletivas de autoavaliação em PPGs nos quais estão vinculados. Os resultados indicam que, embora a normativa represente um avanço, sua efetividade depende da ressignificação da autoavaliação como processo dialógico, crítico e situado. Conclui-se que uma autoavaliação ética e transformadora exige escuta ativa, participação democrática e compromisso com a autossuperação institucional, abrindo caminhos para a reinvenção da avaliação no contexto da pós-graduação brasileira.

Brito, Escott e Santos (2025), no artigo *Autoavaliação da pós-graduação stricto sensu em redes associativas: crítica à performatividade na cultura da avaliação*, aprofundam a crítica à cultura da avaliação, analisando a autoavaliação como processo formativo e crítico na pós-graduação stricto sensu em redes de cooperação entre instituições. O estudo apoiou-se na análise de três importantes documentos: a) o Plano Nacional de Pós-Graduação (2024-2028); b) o Sistema de Autoavaliação; e c) o Relatório Técnico de Autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProffEPT), referente ao período de 2017 a 2020.

A análise dos pressupostos epistemológicos, ontológicos e axiológicos da autoavaliação da pós-graduação, bem como das concepções de gestão democrática, participação e emancipação, contou com as contribuições teóricas de Saul (2001, 2003, 2007), Leite (2005, 2008, 2010), Leite *et al.* (2023), Verhine (2010, 2012) e Rowe e Frewer (2005). Os resultados da pesquisa evidenciam as contradições da cultura de avaliação baseada em indicadores e métricas de produtividade – perspectiva fundada em racionalidade competitiva e reducionista, que pouco dialoga com a produção crítica e emancipatória do conhecimento científico.

Por fim, Zanith e Lopes (2025), no artigo *Formação para a docência no Ensino Superior durante a pós-graduação stricto sensu: um olhar a partir do Estágio de Docência instituído pela Capes*, a partir de uma pesquisa documental, investigaram como está ocorrendo a formação para a docência no Ensino Superior das(os) pós-graduandas(os), considerando o alcance do Estágio de Docência em conjunto com outras ações formativas, como o oferecimento de disciplinas em PPGs nas áreas de Educação e de Química. Verificando diferentes cenários de desenvolvimento do Estágio de Docência, com poucos exemplos de normatização institucional, os autores indicam que tal realidade demonstra a necessidade de outros estudos a respeito do alcance da institucionalização do estágio, bem como sobre o papel da Capes como responsável pela regulação e avaliação de desempenho dos PPGs.

Ao longo deste dossiê, a partir da articulação promovida pela RAAPE, evidencia-se o esforço coletivo de pesquisadores e pesquisadoras e PPGs em Educação para compreender, sistematizar e fortalecer os processos de autoavaliação como prática formativa, crítica e estratégica. Dos artigos que o compõem emergem reflexões que vão além da dimensão técnica da avaliação, incorporando sentidos éticos, políticos e epistemológicos que reafirmam a autoavaliação como espaço de diálogo, corresponsabilidade e transformação institucional.

Os artigos reunidos abordam múltiplas dimensões da autoavaliação, desde experiências institucionais concretas até análises comparadas internacionais, passando por discussões conceituais e metodológicas. Destacam-se os desafios relacionados à consolidação de uma cultura avaliativa participativa, à integração com o planejamento estratégico e à superação da lógica performativa. A diversidade de contextos e enfoques revela que a autoavaliação pode fortalecer a identidade dos programas, promover o autoconhecimento institucional e ampliar o impacto social da pós-graduação.

Considera-se que este dossiê não apenas sistematiza conhecimentos e práticas já consolidadas, mas também abre caminhos para novas investigações e experiências. As abordagens aqui apresentadas contribuem significativamente para o aprofundamento teórico e metodológico da autoavaliação, estimulando a produção de conhecimento crítico e comprometido com a melhoria contínua da Pós-Graduação em Educação no Brasil.

Referências

- AFONSO, A. J.; ZUKOWSKY-TAVARES, C. Z.; BRANDALISE, M. A. T. Reflexões inacabadas sobre o campo da avaliação em educação: entrevista com o Professor Almerindo Janela Afonso. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-11, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.24923.021>
- BRANDALISE, M. A. T.; BORGES, R. M. Autoavaliação na Pós-Graduação em Educação no Brasil: estado do conhecimento (2002-2024). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-19, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.25505.086>
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. **Documento de Área**: área 38/Educação. Brasília: MEC, Capes, DAV, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/educacao-doc-area-2-pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- BRITO, W. A. de; ESCOTT, C. M.; SANTOS, P. dos. Autoavaliação da pós-graduação *stricto sensu* em redes associativas: crítica à performatividade na cultura da avaliação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-20, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.24667.091>
- FERREIRA, W. J.; BUSSOLOTTI, J. M.; RIBEIRO, S. L. S.; CARNIELLO, M. F. Autoavaliação na Pós-Graduação em Educação: um modelo replicável a partir da experiência em uma instituição pública municipal. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-21, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.24887.079>
- LEITE, D. Auto-Avaliação Institucional. Verbete. In: MOROSINI, Marilia (ed.). **Enciclopédia de Pedagogía Universitária**. Glossário. Volume 2. Brasília: Inep, 2006. p. 461-506.
- LEITE, D.; VERHINE, R.; DANTAS, L. M. L.; BERTOLIN, J. C. G. A autoavaliação na pós-graduação (PG) como componente do processo avaliativo da CAPES. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, v. 25, n. 2, p. 339-353, jul. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200006>
- LEITE, D. B. **Reformas universitárias**: avaliação institucional participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LEITE, D. B. **Autoavaliação e qualidade na Educação Superior**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- LEITE, D. B. Avaliação educacional e democratização: o desafio da gestão participativa. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 111-127, 2010.
- LEITE, D. B.; PINHO, I. G.; SORDI, M. R. L.; MIORANDO, B. S. Autoavaliação institucional da pós-graduação: lendo nas ‘entrelinhas’. **Revista da Faculdade de Educação**, Cáceres, v. 39, n. 1, e392315, p. 1-17, 2023. DOI: <https://doi.org/10.30681/21787476.2023.E392315>

MASETTO, M. T.; GAETA, M. C. D.; ZUKOWSKY-TAVARES, C. Formação em rede para a docência com profissionalidade. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. 1-15, 2023. DOI: <https://org.doi/10.21723/riacee.v18i00.18345>

MENDONÇA, S.; RIOS, M. P. G. Autoavaliação e autossuperação na pós-graduação: fundamentos para uma prática ética e transformadora. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-12, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.24890.048>

MOROSINI, M. C.; KOHLS-SANTOS, P.; BITTENCOURT, Z. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

NUNES, C. P.; FORTUNATO, I.; TEDESCO, A. L.; FARINON, M. J.; SANTOS, A. R. dos; TREVISOL, M. G. Autoavaliação em Programas de Pós-Graduação em Educação: (auto)aprendizado das experiências de Santa Catarina e Bahia. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-21, 2025. DOI: <https://org.doi/10.5212/PraxEduc.v.20.25195.088>

ORTEGA-CHASI, P.; TUBAY-ZAMBRANO, F.; COBOS-CALI, M.; VÉLEZ-VERDUGO, C.; MENA-ANDRADE, S. Articulación universitaria para la equidad: evaluación de un programa de maestría en educación con enfoque intercultural. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-25, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.24930.055>

PRATA-LINHARES, M.; SIVIERI-PEREIRA, H. de O.; VIEIRA, V. M. de O.; COLOMBO JUNIOR, P. D. Autoavaliação nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Triângulo Mineiro: uma análise a partir das avaliações da capes (2017-2020). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-18, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.24904.041>

ROWE, G.; FREWER, L. J. A typology of public engagement mechanisms. **Science, Technology & Human Values**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 251-290, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1177/0162243904271724>

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória**: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo. São Paulo: Cortez, 2001.

SAUL, A. M. **Autoavaliação emancipatória na Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

SAUL, A. M. A gestão educacional e a avaliação democrática. **Revista Brasileira de Política e Administração Educacional**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 58-72, 2007.

SOBRAL, M. N.; FERRONATO, C.; CHAGAS, A. M. As pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes na perspectiva da autoavaliação: um estudo das teses e dissertações (2011-2023). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-17, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.24626.052>

SOUZA, J. V. de. Autoavaliação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília: desafios e oportunidades para a produção do conhecimento na área. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-21, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.24670.040>

SOUZA, A. R. de; REAL, G. C. M.; MIRANDA, N. A. de. A autoavaliação na Pós-Graduação em Educação no Brasil. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-12, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.24882.038>

SOUZA, R. F. de; SOUZA, K. R. A evasão discente nos projetos de autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Brasil. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-23, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.24814.071>

TAUCHEN, G.; BORGES, D. S.; TERAN BRICEÑO, J. C.; SCHNEIDER, R. B. Planejamento estratégico e autoavaliação da pós-graduação: autorregulação e/ou re-regulações performativas? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-18, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v20.24606.037>

TREVISOL, J. V. Autoavaliação da pós-graduação: o que a experiência internacional nos ensina? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-21, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v20.24880.033>

VERHINE, R. **Contextualized evaluation frameworks in Higher Education**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

VERHINE, R. A gestão educacional e a transformação das práticas pedagógicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 89-104, 2012.

WANDERCIL, M.; SILVA, M. R. P. da; APARÍCIO, A. S. M.; ROSA, S. S. da. A autoavaliação como prática de governança na pós-graduação: percepções discentes e referências comparadas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-20, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v19.24888.035>

ZANITH, C. C.; LOPES, J. G. da S. Formação para a docência no Ensino Superior durante a pós-graduação *stricto sensu*: um olhar a partir do estágio de docência instituído pela Capes. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-20, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v20.24651.024>

Recebido em 01/11/2025

ACEITO em 02/11/2025

Publicado online em 14/11/2025